



Anais da Assembléia

N.º 07

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1976.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Otássio Pereira.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Escaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra firmado, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem, nesta data, de seu 14º ano de informativa existência. No decorrer desses anos vimos este jornal granjear, dia após dia, mais leitores para no momento ser parte integrante do cotidiano de milhares de pessoas, tendo seu lugar de destaque no jornalismo de nosso Estado. Tudo isto conquistado através do amor ao trabalho, com a dedicação de cada um dos diretores, jornalistas, repórteres, redatores e funcionários, que fazendo um jornal moderno e de grande aceitação vêm a recompensa de seu trabalho. Parabéns "DIÁRIO POPULAR".

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário seja dado ciência à direção do jornal.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pelo 14º ano de sua existência.

O "DIÁRIO POPULAR", que tanto destaque tem ofere-

cido aos trabalhos desta Casa de Leis, e da política em geral, com seriedade e independência, desde seu nascimento tem primado por uma linha de conduta imparcial, ditada pelo seu dinâmico fundador Dr. Abdo Aref Kudry.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Diretor daquele jornal, doutor ABDO AREF KUDRI.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem do 14º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular".

Mantendo permanentemente linha de independência e sempre voltado aos interesses comunitários ao longo deste espaço de tempo, o conhecido matutino tem liderado nobres campanhas populares, merecendo, conseqüentemente a homenagem desta Casa.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência desta decisão ao jornalista Abdo Aref Kudri, diretor do "Diário Popular", cumprimentando-o e a seus funcionários, pela expressiva data.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja enviado voto de congratulações a Sua Excelência General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, nosso digníssimo Ministro da Educação e Cultura, pela magnífica atitude tomada, em atenção a inúmeros apelos, visando a preservação da ecologia brasileira em relação à fauna, determinando fosse cancelado o "Campeonato Mundial de Tiro aos Pombos", que teria lugar em Foz do Iguaçu, no mês de abril do ano fluente.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Tal atitude, além de atender a reiterados apelos, diante da necessidade de despertar no povo brasileiro a mentalidade de zelar pelo ambiente que o cerca, como condição imprescindível para conservação da própria vida, vai impedir a prática indiscriminada e muitas vezes criminosa, por dezenas de amadores, da caça a aves e animais, num total desconhecimento do que representa para o equilíbrio do sistema ecológico da Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficialado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, reclamando urgentes providências no sentido de que sejam iniciados os trabalhos de pavimentação asfáltica da rodovia que liga Bom Sucesso a Jandaia do Sul, cujo trecho mede aproximadamente vinte (20) quilômetros.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento público, a rodovia em questão

é uma antiga reivindicação da população desta vasta região de nosso Estado. Agora, com a notícia de que o trecho de rodovia ligando Bom Sucesso a São João do Ivaí será pavimentado, o que sem dúvida trará benefícios, é que mais se verifica a necessidade da presença do Estado na pavimentação asfáltica do trecho BOM SUCESSO /JANDAIA DO SUL, por tratar-se de ligação que propiciará o escoamento natural das safras agrícolas de toda a região, não se admitindo que os produtores do Vale do Ivaí, cheguem até Bom Sucesso por rodovia asfaltada, e, depois sejam obrigados a percorrer uma distância de 20 quilômetros em terra batida, por entender o Governo Estadual, que referido trecho é de responsabilidade do Governo Federal. A urgência se faz mais premente, quando sabemos que Bom Sucesso é o município que, atendendo o apelo do Governo Federal e entendendo as dificuldades porque passa o Estado e o País, mais se fez presente no plano de renovação da cafeicultura. Se Bom Sucesso atendeu o apelo governamental, é justo que o Governo atenda o apelo não apenas daquele município, mas de toda uma região que muito tem contribuído, para o engrandecimento do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada sugestão à Comissão Executiva, no sentido de que seja disciplinada, através de normas estabelecidas por projeto de resolução, a tramitação de Mensagens Governamentais fundamentadas nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 25 da Constituição Estadual, bem como de processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado, para os fins da deliberação de que trata o § 9º do art. 41 da Carta Magna Estadual.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Nossa Carta Magna Estadual, segundo os dispositivos contidos nos parágrafos 3º, 4º e 5º, do artigo 25, faculta ao Exmo. Sr. Governador do Estado solicitar a apreciação de projetos de lei que versem sobre qualquer matéria, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do seu recebimento nesta Casa.

Ocorre que, pela falta de existência de normas disciplinadoras da tramitação desses projetos de lei, geralmente versando sobre assuntos de real importância para nosso Estado, não raro escoa o prazo de quarenta e cinco dias sem que sejam apreciados pelo Plenário.

Enquanto isso, na Câmara Federal, seu Regimento Interno dedica, em seu Título VI — Dos Projetos Sujeitos a Disposições Especiais — um Capítulo inteiro ao trato correlato de matérias oriundas da Presidência da República, com tramitação em prazo certo, o qual transcrevemos abaixo:

TÍTULO VI

Dos Projetos Sujeitos a Disposições Especiais

CAPÍTULO I

DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM TRAMITAÇÃO EM PRAZO DETERMINADO

Art. 205 — Os projetos de iniciativa do Presidente da República que devam ser apreciados em caráter definitivo no prazo de quarenta e cinco dias, contados do seu recebimento, serão submetidos a discussão única.

Art. 206 — Recebido o projeto, será distribuído pelo Presidente às Comissões e irá à publicação.

Art. 207 — No dia imediato ao do seu recimento, será incluído na Ordem do Dia, na qual permanecerá durante cinco dias, para recebimento de emendas de Plenário.

Parágrafo único — Findo o prazo previsto neste artigo, a Mesa providenciará a remessa das emendas apresentadas à

Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 208 — As Comissões, para se manifestarem sobre o Projeto e as emendas, terão o prazo comum e improrrogável de doze dias, findos os quais começará a correr o prazo de oito dias para o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 209 — A discussão não se prolongará por mais de duas sessões.

Art. 210 — Cada orador poderá, durante a discussão, usar da palavra por vinte minutos improrrogáveis.

Art. 211 — Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação.

Art. 212 — Para encaminhar a votação, só poderão falar, por dez minutos improrrogáveis, os Líderes da Maioria, da Minoria e de Partido, bem como os Deputados inscritos pertencentes à mesma legenda partidária, na proporção de um para cada grupo de cinquenta ou fração.

Art. 213 — A redação final será elaborada pela Comissão de Redação no prazo máximo de três dias e submetida a votos independentemente de publicação.

Parágrafo único — Será dispensada a redação final se o projeto houver sido aprovado sem emendas e o texto for considerado em condições de ser definitivamente aceito.

Art. 214 — Os projetos que estejam em tramitação na Câmara há mais de trinta e cinco dias entrarão automaticamente em regime de urgência.

Art. 215 — Findo o prazo a que se refere o art. 205, sem deliberação da Câmara, o projeto será considerado aprovado e passará ao Senado com a sua redação originária.

Art. 216 — A apreciação das emendas do Senado pela Câmara, em função revisora, far-se-á no prazo de dez dias, findo o qual serão tidas como aprovadas, se não tiver havido deliberação.

Parágrafo único — As emendas entrarão em regime de urgência, decorrido o prazo de seis dias do seu recebimento.

Art. 217 — Os prazos previstos neste Capítulo não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

Art. 218 — A tramitação dos projetos do Poder Executivo sem prazo prefixado é sujeita ao rito regimental previsto para os projetos em geral.

Parágrafo único — Se o Presidente da República solicitar, para o projeto nas condições deste artigo, seja apreciado no prazo de quarenta e cinco dias, este será computado a partir do recebimento da solicitação na Câmara e a proposição passará imediatamente ao regime de tramitação especial.

Esses dispositivos poderão servir de base para o Projeto de Resolução sugerido.

Quanto à tramitação de processos oriundos do Tribunal de Contas para os fins da deliberação prevista no § 9º do artigo 41, da Constituição Estadual, não se justifica a perda de prazo por parte desta Assembléia Legislativa.

A sua atribuição fiscalizadora jamais poderá ser olvidada ou colocada em dúvida através de expedientes estranhos, pelos quais se procure obstruir a apreciação de tais processos.

Urge a tomada de posição de parte da douta Comissão Executiva, visando aperfeiçoar e valorizar o mandato parlamentar, de conformidade com os poderes que nos foram outorgados pelo povo de nosso Estado.

Com o disciplinamento da tramitação dos projetos em tela, como também dos processos oriundos do Tribunal de Contas, impedem-se eventuais e condenáveis artifícios que as lacunas regimentais propiciam, ensejando o retardamento da apreciação das matérias, trazendo prejuízos para o erário e podendo comprometer até mesmo as finalidades do Poder Legislativo.

Por isso se faz necessário, já no início desta nova legislatura, o estabelecimento de norma reguladora dos trâmites, desde as respectivas entradas no protocolo até a racional apreciação pelas competentes comissões e deliberações plenárias, culminando com as tempestivas devoluções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para enviar aos Ministérios do Planejamento, Interior e Agricultura a seguinte sugestão:

SEJA TRANSFORMADO EM PARQUE NACIONAL, NOS MOLDES DO PARQUE NACIONAL DO XINGU, A ÁREA DE TERRAS DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, NO PARANÁ, CONSIDERADA RESERVA INDÍGENA E ADMINISTRADA PELA FUNAI.

Da decisão, envia-se comunicação também, à Presidência da República, bem como à Funai e ao Incra.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O município de Manguueirinha, neste Estado, é uma das últimas áreas onde a floresta natural das araucárias ainda resiste à voragem devassadora da indústria madeireira.

Em boa parte, a preservação da floresta natural, deve-se a reserva indígena ali existente, servindo assim, não apenas para a preservação da ecologia mas no habitat ideal em que reside a população selvícola.

Todavia, a instalação de uma serraria, no Posto Indígena de Manguueirinha, marca o início do fim, pois abatidos os pinheirais haverá, forçosamente profundas modificações na flora e fauna regional.

Outrossim, a construção da usina de Salto Santiago e Segredo no Rio Iguaçu, com a formação de extensa bacia de acumulação, estão a exigir a preservação das áreas verdes costeiras.

Ademais, os índios não necessitam abater os pinheiros para sobreviverem e a destruição da floresta constitui lesão ao patrimônio indígena.

Todavia, a transformação em Parque Nacional, assegurará à população indígena condições de sobreviver, além de constituir-se em fator permanente de equilíbrio ecológico.—

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 07/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os servidores públicos civis do Estado, ao completarem 5 (cinco) anos de efetivo exercício, terão direito a computar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime da Lei Federal número 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente.

Art. 2.º — Para os fins desta Lei, a contagem do tempo de atividade a que alude o artigo anterior, será feita de acordo com a legislação pertinente, observada as seguintes normas;

I - é vedada a acumulação de tempo de serviço público com o da atividade privada, quando concomitantes;

II - não será contado por um sistema o tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de aposentadoria pelo outro sistema;

III - o tempo de serviço relativo à filiação dos segurados de que trata o Artigo quinto, item III, da Lei Federal número 3.807, de 26 de agosto de 1960, bem como o dos segurados facultativos, dos domésticos e dos trabalhadores autônomos, será contado quando tiver havido recolhimento, nas épocas próprias, da contribuição previdenciária correspondente aos períodos de atividade.

Art. 3.º — As disposições da presente lei aplicam-se

aos magistrados.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

JUSTIFICATIVA:

Lei Federal estabeleceu, em 1976, para os funcionários da União, a reciprocidade na contagem de tempo de serviço público e de atividade na empresa privada, para efeito de aposentadoria.

Medida das mais justas e louváveis, porque não era justo discriminar, na apuração de tempo para aposentadoria, os períodos trabalhados no serviço público ou na atividade empresarial:

Infelizmente, dispositivo dessa Lei que permitia a extensão do mesmo benefício aos funcionários públicos municipais e estaduais, foi vetado pelo Senhor Presidente da República, sob o fundamento de que feriria a autonomia dos Estados e dos Municípios, com o que, aliás, não concordamos, facultando-se a sua utilização ou não pelos entes públicos interessados.

Diversos Estados da Federação, porém, vêm cogitando de mandar computar, ainda que unilateralmente, em favor dos seus servidores, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado sob o regime da Lei de Previdência Social.

A todos se antecipou o Estado do Ceará, com a Lei 9.965, de 10 de novembro de 1975, merecendo, por isso, o aplauso incondicional dos Servidores públicos estaduais e municipais de todo o Brasil, os quais, inclusive, na cidade de Recife, no dia 25 de janeiro de 1976, prestaram, por intermédio do Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, expressiva homenagem ao Governador cearense, autor da iniciativa.

Com o presente plano de lei, que temos a honra de submeter à consideração dos nossos ilustres pares, pretende-se colocar o Estado do Paraná, entre os que desejam dar aos funcionários públicos estaduais o mesmo tratamento dispensado aos federais.

PROJETO DE LEI NÚMERO 08/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "PONTE APARECIDO BEZERRA GUEDES", a ponte construída sobre o Rio, na localidade de Porto Ubá, estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí a São João do Ivaí;

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Bezerra Guedes, caracterizou-se como um dos pioneiros e desbravadores do município de São João do Ivaí.

Com seu trabalho ativo e despretencioso, foi um dos que contribuiu para que o desenvolvimento e o crescimento daquela região se tornasse a realidade que hoje contemplamos.

Exerceu atividades no ramo do comércio e da agricultura, além de marcar a sua contribuição como político militante, exercendo os mandatos de Vereador e Prefeito Municipal.

Falecido em 31 de dezembro do ano próximo passado, no desempenho do mandato de Prefeito Municipal de São João do Ivaí, deixou o saudoso Aparecido Bezerra Guedes, lacuna insubstituível no seio da comunidade local.

Durante o seu mandato como Prefeito Municipal, um dos seus maiores trabalhos foi, sem dúvida alguma, em prol, da construção da ponte sobre o Rio Ivaí, na estrada que liga os municípios de São João do Ivaí a São Pedro do Ivaí, e que

agora traduzindo o desejo da população daquela rica região do nosso Estado, queremos denominá-la com o seu nome, numa homenagem das mais justas àquele que em vida muito contribuiu e colaborou no desenvolvimento da região.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, sem nenhum requerimento formal e tendo em conta que S. Exa. o Sr. Presidente da República está aportando ao Paraná no início deste novo exercício financeiro e, considerando que uma das razões da sua vinda é inaugurar no Porto de Paranaguá uma unidade destinada à exportação de produtos carreados para aquele porto pela Cotriguaçu, que congrega as cooperativas do Oeste do Paraná e do Sudoeste do Paraná, é relevante o momento desta Casa Legislativa fazer um apelo veemente a S. Exa.

E eu o faço, aqui, da nossa parte, da parte de quantos municípios que eu e outros Deputados, especialmente da nossa bancada, representam naquele setor.

E também um apelo ao Presidente deste Poder, que por certo se avistará com S. Exa. o Sr. Presidente da República, no sentido de fazer ver a esta máxima autoridade do País, da necessidade extrema de se viabilizar com a construção da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu.

A necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de se construir esta ferrovia já é assunto decantado por toda a imprensa nacional, por todos os setores de produção não só agrícola, mas industrial e por todos os homens conscientes que lidam na imprensa deste Estado.

E é este o apelo que eu faço a S. Exa. o Sr. Ivo Thomazoni, para que ao se defrontar com o Presidente da República e S. Exa. o Ministro dos Transportes, que os faça enxergar a realidade que o nosso Paraná reclama.

Esta ferrovia é uma questão de necessidade até de um equacionamento das divisas.

E é preciso que se economize cinco milhões de litros de combustíveis só com o trigo que é carreado para o Estado de São Paulo, neste vai e vem de gastos exagerados que o Governo não enxerga, porque, quem sabe não foi alertado ainda.

E é este um dos apelos que eu faço a S. Exa. o Sr. Ivo Thomazoni.

Por outro lado, aproveito o declínio deste Expediente de fim de semana e encaminho à Mesa, à Comissão Executiva, uma sugestão para a emenda, ou melhor, para a reforma de alguns textos e regulamentação de alguns textos do Regimento Interno da Casa.

Aqui, no ano passado, o orçamento e o vencimento dos Magistrados não teve possibilidade quase de apreciação por este Plenário, matéria de alta relevância e de interesse geral, sobretudo porque se trata do orçamento de um dos outros Poderes do Estado, o Poder Judiciário, que não teve possibilidade de ser apreciado a contento por falta de disciplina interna, de norma regulamentadora do trâmite destes projetos e destes processos.

Por outro lado, aqui mesmo no ano passado, o hoje líder do Governo, Deputado Luiz Roberto Soares devolveu aquele processo que veio do Tribunal de Contas para apreciar gastos sobre uma determinada importância e que o Tribunal de Contas, depois de apreciar, mandou para este Poder para fazer o julgamento adequado pelo povo do Paraná aqui representado.

E por falta também de regulamentação desta matéria, especificamente, não houve possibilidade de ser apreciado.

E este Deputado de quem eu declinei o nome, não teve condições de apreciar, de relatar a matéria na justa medida do que requeria o caso.

E é com este espírito, com o espírito de trazer mais esta colaboração à Comissão Executiva que eu encaminho à Mesa este requerimento sugerindo a regulamentação de texto para que estes expedientes tramitem de uma forma consentânea com a necessidade deste Poder. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Antes consulto à Liderança do MDB, se deseja dispor do horário regimentalmente concedido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declinamos, Sr. Presidente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 445/76, Mensagem número 147/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle à erosão no Paraná-SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e COPTC., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Projeto de Resolução número 362/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão do Paraná — SUCEPAR, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 445/76.

A presente Proposição número 445/76, oriunda da Mensagem Governamental número 147/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de convênio firmado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Interior, Sucepar, com o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 362/76.
P A R E C E R

1. A presente proposição oriunda da Mensagem Governamental que submete ao "referendum" desta Assembléia convênio celebrado, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.
2. A douta Comissão de Constituição e Justiça apreciando a matéria favoravelmente à Mensagem Governamental na forma do projeto de resolução que ofereceu, por ser da competência do Executivo a celebração de convênios e da Assembléia (art. 22 inciso VII da Constituição Estadual) a sua apreciação.
3. Quanto à competência desta Comissão de Finanças para opinar, restrita ao aspecto financeiro, verificamos que o convênio está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.

Pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1976.

(aa) Lúcio Machado, Presidente;

Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÕES DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 362/76.
P A R E C E R

1. Com base no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Senhor Chefe do Poder Executivo encaminhou para apreciação da Casa, convênio celebrado com pessoa jurídica de Direito Público Municipal.
2. Quanto aos aspectos legal e financeiro, as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, opinaram favoravelmente.
3. Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia.
4. Somos, pois, pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1976.

(aa) Lineu Turra, Presidente;

Jorge Sato, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão à Comissão Executiva, no sentido de que seja disciplinada através de normas estabelecidas por projeto de resolução, a tramitação de Mensagens Governamentais, bem como de processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado.— Será, independentemente de discussão e votação.— SERÁ ENCAMINHADA À COMISSÃO EXECUTIVA, PARA ANALISAR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem de seu décimo quarto ano de informativa existência.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem do seu décimo quarto aniversário de atividades.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do décimo quarto aniversário de fundação do jornal "DIÁRIO POPULAR".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, pela magnífica atitude tomada, em atenção a inúmeros apelos, visando a preservação da ecologia brasileira em relação à fauna, determinando fosse cancelado o "Campeonato Mundial de Tiro aos Pombos" que teria lugar em Foz do Iguaçu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que sejam iniciados os trabalhos de pavimentação asfáltica da rodovia que liga Bom Sucesso a Jandaia do Sul.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO.— Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão aos Ministérios do Interior, Agricultura e Planejamento, no sentido de que seja transformado em Parque Nacional, nos moldes do Parque Nacional do Xingú, a área de terras do município de Mangueirinha.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 7, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 41/76.

Fica marcada, ainda, uma sessão extraordinária, para a próxima segunda-feira, dia 07, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/76.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA NÚMERO 69/77.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar as Portarias de números 57/75, de 12 de março de 1975, na parte a que se refere ao funcionário adido JOSÉ ANGELI; 239/75, de 08 de maio de 1975; 282/75, de 03 de junho de 1975 e 537/75, de 06 de outubro de 1975, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 37/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar o ítem I, da Portaria 205/75, de 18 de abril de 1975, que designou o funcionário ANTÔNIO GARCIA, matrícula 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JOÃO CIONI NETTO, a partir de primeiro de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 4 de fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 38/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

revogar a Portaria 354/75, de 07 de julho de 1975, que autorizou o funcionário JOSÉ AFONSO BARAUNA MOREIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, a partir de 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, 4 de fevereiro de 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 42/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 520/77, de 2 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, ao funcionário ERNESTO GOMES CORDEIRO, matrícula número 151, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 43/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 514/77, de 02 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, de 5 de janeiro de 1976 ao funcionário MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula número 031, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 44/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 602, de 07 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar CELIO NICOLAZZI REIS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO, a partir de 02 de fevereiro de 1977, até 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro de 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 45/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 601, de 07 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar ALDINAR MUNIZ CORREIA FREITAS e DIAMIRO DA SILVA, ambos ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO, a partir de 03 de fevereiro de 1977, até 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro de 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral